HENRY KIYONORI UCHIDA

**Privacidade e controle na relação de emprego: novos cenários trazidos
pelo avanço tecnológico.**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Ari Possidônio Beltran

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2017

HENRY KIYONORI UCHIDA

**Privacidade e controle na relação de emprego: novos cenários trazidos
pelo avanço tecnológico.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho, sob a orientação da Prof. Dr Ari Possidônio Beltran.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2017

Nome: UCHIDA, Henry Kiyonori

Título: Privacidade e controle na relação de emprego: novos cenários trazidos pelo avanço tecnológico.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

UCHIDA, Henry Kiyonori. *Privacidade e controle na relação de emprego: novos cenários trazidos pelo avanço tecnológico*. 2017. 72 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho objetiva analisar as formas de interação entre o poder de fiscalização do empregador e a privacidade do empregado. Inicia-se com a definição dos conceitos de subordinação e privacidade, com a análise da formação dos conceitos nos Estados Unidos e no sistema supranacional europeu. Em seguida, prossegue-se com análise das situações de controle decorrentes de novas ferramentas de trabalho e as características que o conflito entre privacidade e o poder de fiscalização assumem.

Palavras-chave: Direito do Trabalho. Privacidade. Tecnologia. Fiscalização. Comunicações eletrônicas. Redes sociais. Coleta de dados.

ABSTRACT

UCHIDA, Henry Kiyonori. *Privacy and control in employment: new scenarios brought by technological progress*. 2017. 72 f. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The present work aims to analyze the forms of interaction between the power of supervision of the employer and the privacy of the employee. It begins with the definition of the concepts of subordination and privacy, with the analysis of the establishment of concepts in the United States and in the European supranational system. Next, we proceed with the analysis of the control situations arising from new work tools and the characteristics that the conflict between privacy and the power of supervision assume.

Keywords: Law. Labor Law. Privacy. Technology. Surveillance. Electronic communications. Social networks. Data collection.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 FISCALIZAÇÃO

2.1. Contrato de trabalho e subordinação.

2.2 O poder diretivo do empregador.

2.2.1 O poder de fiscalização.

2.2 Como a tecnologia potencializa a fiscalização (controle).

3 PRIVACIDADE

3.1 As diversas formas da privacidade.

3.2 A evolução da privacidade.

3.2.1 Nos Estados Unidos.

3.2.2 Na Europa.

3.3 Privacidade do Brasil.

3.4 O aproveitamento das características dos modelos americano e europeu pelo brasileiro.

4 PRIVACIDADE NAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS

4.1 As posições doutrinárias sobre o monitoramento do correio eletrônico.

4.2 As várias facetas do monitoramento do correio eletrônico.

5 FISCALIZAÇÃO FORA DO LOCAL DE TRABALHO

5.1 O teletrabalho e a fiscalização do empregado.

5.2 Condutas públicas em redes sociais e reflexos.

6 A COLETA DE DADOS DOS EMPREGADOS

6.1 A coleta de dados pessoais.

6.2 A coleta de dados não pessoais.

7 CONCLUSÕES

1 INTRODUÇÃO

O conflito entre os interesses de empregado e empregador estão intimamente conectados com o Direito do Trabalho. Entretanto, além dos interesses individuais envolvidos, há também o interesse de terceiros sobre a relação entre empregados e empregadores. Para sintetizar este conflito e a sua escolha-se a breve descrição ofertada por RUSSOMANO¹:

O empregado busca salários e o empregador busca lucros. A oposição entre os dois fins é flagrante e marca a divergência radical entre as duas aspirações. Debaixo do ponto de vista da sociedade, porém, não interessam os lucros do empresário e nem mesmo, a não ser sob o critério protecionista, o salário do trabalhador, respeitado, apenas, o ideal de que ambos tenham nível de vida razoável e satisfatório. Para a sociedade, isto é, para todos os homens, inclusive, portanto, para os empregados e para os empregadores, o alvo máximo e fundamental da produção é que se criem bens para a satisfação das necessidades populares.

Esta lógica exposta e a necessidade de conciliação entre as aspirações conflitantes das partes da relação de emprego com os interesses da sociedade consistem acabam consubstanciadas nas regras sociais estabelecidas pelo Direito do Trabalho.

No presente estudo objetiva-se analisar a forma como o avanço tecnológico afeta a relação de emprego sob o foco do conflito entre o poder de fiscalização do empregador e as liberdades individuais dos empregado. Este aspecto do embate de aspirações, aliás, não se trata de tema novo, sendo um dos pontos de partida da análise efetuada por MARX em sua obra *O Capital*, Livro I², ao tratar da jornada de trabalho.

Em que pese a existência de correntes doutrinárias que sustentem que a relação entre o trabalho e capital não envolve necessariamente conflitos, consistindo em

1 RUSSOMANO, Mozer Victor. -- O empregado e o empregador no Direito Brasileiro. 6ª Ed, São Paulo, Ltr, pp 119.

2 MARX, Karl. Rubens Enderle (tradutor) -- O capital Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital . 2013. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, cap 10.

cooperação com base em um quadro de jogo de soma não zero³, esta visão não apresenta o quadro completo, no qual existem também interesses alheios à relação de emprego.⁴

É justamente da atuação da sociedade (com seus diversos feixes de interesses e aspirações) como um terceiro que tem grande relação com o equilíbrio que se cristaliza na legislação protetiva do trabalho.

Ao analisar a obra *O Capital*, HARVEY ⁵ aponta os interesses do Estado na proteção do trabalhador não como benevolência ou graça, mas do seguinte modo:

Mas também é de interesse do Estado ter trabalhadores que possam integrar uma força militar efetiva. A saúde e a boa forma física da classe trabalhadora têm, portanto, interesse político e militar [...] a rápida derrota dos franceses pelos alemães foi atribuída em parte, à boa saúde dos camponeses alemães, em comparação com a pobre classe camponesa e operária da França. A implicação política é de que é militarmente perigoso permitir a degradação das classes trabalhadores.

Embora o cenário atual possa não parecer apto a receber a comparação feita aos interesses militares como justificativa para a intervenção do Estado por meio da legislação protetiva, surge no século XX a figura do consumidor como um dos alicerces da existência do próprio Estado. Tome-se, como ilustração, a presença da defesa do consumidor no rol de direitos fundamentais do art. 5º da Constituição Federal de 1988 em seu inciso XXXII, acompanhada do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê prazo específico para a promulgação do Código de Defesa do Consumidor.

3 PEDROSO, Marcelo Batuíra da C. Losso. -- Liberdade e Irrenunciabilidade no Direito do Trabalho: do estudo dos princípios à *economic analysis of law* aplicados ao Direito do Trabalho. 2005. 1ª Ed. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor. Pp279-302

4 Some-se à falta de inclusão da análise dos agentes externos à relação a ausência da inclusão da assimetria informacional natural decorrente das posições dos jogadores. Esta assimetria em complementação à teoria dos jogos foi objeto de estudo de George Akerlof, em seu artigo *The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism*.

5 HARVEY, David. Rubens Enderle (tradutor). -- Para entender o Capital: livro I. 2013. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo, pp. 133-161.

Note-se que apesar das diversas disposições de eficácia limitada do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não houve o mesmo entusiasmo pelo constituinte originário para apresentar prazo para a regulamentação pendente. Mesmo que o prazo constitucional para o Código do Consumidor não tenha sido observado (visto a Lei 8.078/1990), ainda assim o foi realizado com maior diligência do que a matéria trabalhista geralmente é tratada (cite-se o aviso prévio proporcional, que somente foi regulamentado pela Lei 12.506/2011).

As conquistas sociais obtidas pelos trabalhadores na formação do Direito Social devem ser vistas não como vitórias sobre o capitalista, mas sim como concessões impostas pela sociedade em razão de finalidades que extrapolam a relação de trabalho. Assim o foi com o militarismo dos séculos XIX e XX, e prossegue-se com a eleição do consumidor como foco da proteção estatal no século XXI.

Do exposto, resta claro que o embate entre os interesses particulares de empregados e empregadores sofre influências de fatores externos

Diante deste quadro e em razão das recentes alterações nas condições de trabalho, a proposta deste estudo é a análise dos novos conflitos entre o controle do trabalho pelo empregador e a forma como tal interesse encontra limites.

Delimitou-se a amplitude do objeto de estudo para os tópicos relacionados com monitoramento da comunicação eletrônica, acompanhamento de condutas fora do local de trabalho e a forma como são coletados dados dos empregados em razão da relação de emprego.

Em uma primeira parte serão analisados os conceitos teóricos necessários à compreensão da dimensão específica do conflito entre o poder de fiscalização do empregador e as limitações dele decorrentes. Para tanto, será tratado inicialmente do poder de fiscalização e de sua relação com o contrato de trabalho. Então, passa-se a analisar as novas formas que esse poder assume com o avanço tecnológico. Após, passa-se ao lado diametralmente imposto, com a análise de conceitos que se contrapõem ao poder de fiscalização.

Em um segundo momento, parte-se para a discussão sobre a aplicação dos conceitos estabelecidos na parte anterior sobre casos específicos. Elegem-se três casos para a análise da forma como os conceitos então vistos se ajustam.

Como primeiro caso escolhe-se a análise do uso de comunicações eletrônicas, com especial ênfase no correio eletrônico (*e-mail*), em razão de se tratar de um instrumento de amplo conhecimento e uso geral, bem como por já ter sido objeto de diversas análises por parte da doutrina.

Em seguida, passa-se à análise do monitoramento realizado fora do local de trabalho.

Por fim, analisa-se a questão da coleta de dados pessoais e não pessoais do trabalhador em razão do contrato de trabalho.

7 CONCLUSÃO

A relação existente no trabalho sempre envolve conflitos. Em seu nível mais elementar está aquele entre os valores do salário do empregado e dos lucros obtidos pelo empregador. O avanço tecnológico leva a novas situações de conflitos entre os interesses dos empregadores e dos empregados. Esses conflitos podem envolver os mais variados interesses, porém, quando vinculados com a comunicação eletrônica e com o uso de dados pessoais, passam a estar envoltos sobre a roupagem controle e liberdade.

O controle, ou também fiscalização, decorre do conceito de subordinação, assim entendida como a subordinação jurídica decorrente do contrato de trabalho. E em conjunto com a capacidade de organização, regulamentação e disciplina são manifestações do poder diretivo do empregador. Este poder, por sua vez, representa a outra face da subordinação jurídica, sendo a forma como esta se materializa na relação de emprego.

O poder de controle, ou fiscalização, consiste em garantir a eficácia na capacidade de organização do empregador, atuando em conjunto com o poder disciplinar. A fiscalização é uma das formas mais visíveis da subordinação na dinâmica da relação de emprego, possuindo também as mais variadas formas.

Os avanços tecnológicos afetam o poder de fiscalização ao fornecer meios para que possa ser realizado de modo mais eficiente. Esse aumento da eficiência, potencializado pela tecnologia, leva a situações na qual a fiscalização leva a intensificação extrema da atividade laboral, como no caso dos operadores de teleatendimento. Há, por parte do empregador, da maximização do uso do tempo à disposição pelo empregado, muitas vezes com reflexos negativos para este.

Em contraposição aos efeitos da sociedade moderna sobre a obtenção e disseminação de informações e dados pessoais, tal como exemplificado pela intensificação do trabalho no teleatendimento, ganha relevo o estudo da privacidade.

O conceito de privacidade não é unívoco, existindo uma gama de expressões com sentidos equivalentes ou próximo tal como intimidade, vida privada, reserva, segredo, resguardo, esfera privada entre outros.

A definição de privacidade, de igual modo, também possui grande variação na doutrina, tanto no alcance quanto na organização dos vocábulos utilizados.

Para fins deste trabalho adotou-se o privacidade como termo genérico abarcando todos os sentidos apontados. Reserva-se apenas o termo intimidade, em observação ao sentido específico trazido pelo Marco Civil da Internet e pelo art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho, para as situações que ensejam o afastamento completo de outras pessoas, em razão de consistir o círculo mais interno da privacidade.

A privacidade é um conceito moderno, decorrente dos avanços tecnológicos então ocorridos no séc. XIX.

O conceito tem suas primeiras aparições no direito americano, com o antecedente *the right to be let alone* do Juiz Federal Cooley e com seu maior impacto no artigo *The right to privacy* de WARREN E BRANDEIS, que efetivamente iniciaram o estudo do termo como é conhecido. A terminologia adotada por estes autores tem tamanha influência que acabou por ser incorporado nos mais diversos sistemas como estrangeirismo.

A partir do artigo, a *privacy* é objeto de contínuo desenvolvimento pela jurisprudência americana, culminando no reconhecimento, em *Griswold v Connecticut*, do direito em si a partir das penumbras e emanções da *Bill of Rights*, mais especificamente das primeira, quinta, nona e décima quarta emendas à constituição daquele país.

Posteriormente, em *Katz v United States*, houve o desenvolvimento do teste legal de expectativa de privacidade, como requisito ao reconhecimento da existência da privacidade. Esse teste envolve tanto a expectativa na dimensão subjetiva, do paciente, quanto objetiva, comparado às expectativas do homem médio.

No plano normativo, o tratamento da *privacy* no sistema americano dá-se principalmente por meio de diversas legislações esparsas, cada uma definindo os efeitos para uma espécie de relação jurídica. O tratamento geral somente é delimitado pela jurisprudência.

No sistema europeu, por sua vez, há a irradiação do conceito de privacidade, que está presente nos principais diplomas normativos supranacionais e que é desenvolvido por normas da União Européia, bem como pela jurisprudência das cortes supranacionais. O

tratamento mais recente é aquele direcionado à proteção dos dados pessoais, para os quais houve a extração de princípios norteadores para a utilização de dados pessoais.

O sistema brasileiro possui características de ambos, tanto a existência de pulverização normativa em leis esparsas quanto a presença imediata em legislação superior. Nesse ponto o sistema brasileiro supera a proteção ofertada pelo sistema americano em razão do reconhecimento expresso do direito à privacidade, sem a necessidade de demonstração da sua existência caso a caso. Com relação ao sistema europeu, seria benéfico a absorção dos princípios norteadores da proteção dos dados pessoais como forma de fortalecimento da defesa do direito à privacidade.

Ao analisar o conflito entre o poder de fiscalização e direito à privacidade, constata-se o predomínio de uma posição de compromisso, no qual resguarda-se o poder de fiscalização com relação às contas de *e-mail* denominadas corporativas, em razão de serem consideradas ferramentas de trabalho. No entanto, a posição mais defensável é a de que o uso como ferramenta profissional de modo exclusivo torna o próprio empregador o destinatário das mensagens. Não obstante, existem diversas situações que flexibilizam essa interpretação.

Com relação à fiscalização fora do local de trabalho, verifica-se um maior risco de que o exercício do poder consista em violação ao direito de personalidade. Esse aumento é especialmente notado no caso do teletrabalho, que por vezes é realizado no domicílio do trabalhador. Essa confusão pode levar a séria violação da privacidade, afastando as características de retiro do trabalho do lar.

Quanto à fiscalização ocorrida em razão de fatos praticados por meio de redes sociais, foram avaliados diversos quadros possíveis em que poderia ocorrer a fiscalização, bem como os efeitos das ofensas praticadas pelo empregado. Ao fim, chega-se ao resultado da necessidade de apuração em separado do resultado dos fatos do empregado e do empregador, não sendo compatível com a defesa dos direitos de personalidade a exclusão da análise da violação de privacidade somente com base nas ofensas. Em adição, analisasse a questão das intuições ideológicas e sua interação com o quadro de fiscalização e ofensas em redes sociais, chegando-se a resultados específicos.

No ponto final analisa-se os reflexos que a coleta de dados possui com relação ao direito à privacidade dos empregadores.

Analisando a coleta de dados pessoais, constata-se o potencial de violação pela amplitude de informações geradas no decorrer do contrato de trabalho. Ao verificar a legislação concernente ao uso da Internet no Brasil defende-se a sua aplicabilidade no controle de uso dos dados pessoais, em conjunto com os princípios já adotados pelo sistema europeu de defesa do uso de dados pessoais. Concomitantemente, oferta-se opção pela defesa com base nas obrigações implícitas já existentes na utilização cotidiana da carteira de trabalho.

Quanto ao impacto na privacidade do uso de dados não pessoais, constatou-se a existência de interesse que deve ser tutelado, bem como a necessidade de um conceito similar à privacidade para a coletividade.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. Curso de direito constitucional positivo. 35ª Ed. São Paulo. Malheiros. 2012

AMERICAN LAW INSTITUTE. Restatemento of the law: Torts. Vol 4. Div. 9-13. St. Paul. 1939.

ANATEL. Dados de acesso da telefonia móvel pessoal. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/dados/destaque-1/283-movel-acessos-maio> Acesso em 16/12/2016.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm Último acesso em 12/12/2016.

_____. Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-Lei 5.452/1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Último acesso em 12/12/2016.

_____. Constituição Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Último acesso em 03/06/2016.

_____. Lei Federal 12.506/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112506.htm Último acesso em 02/05/2016.

_____. Lei Federal 12.965/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm Último acesso em 06/07/2016.

_____. Lei Federal 6.538/1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6538.htm Último acesso em 06/07/2016.

_____. Lei Complementar 105/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp105.htm Último acesso em 06/07/2016.

CESARINO JUNIOR, Antonio Ferreira. Direito Social. 2ª Ed. São Paulo. Ltr. 1993. v1.

CONSELHO DA EUROPA. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/about-us/who-we-are>

_____. Convenção europeia de direitos humanos. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680063765>
Acessado em 03/06/2016

_____. Convenção para a proteção de Indivíduos relativo ao processamento de dados pessoais. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680078b37> Acessado em: 03/06/2016

_____. Protocolo adicional sobre a Convenção para a proteção de Indivíduos relativo ao processamento de dados pessoais relativo à autoridade supervisória e fluxo de dados transfronteiriços. Disponível em: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680080626> Acessado em: 03/06/2016

_____. CM/Rec(2015)5 Disponível em: https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c3f7a Acessado em 03/06/2016.

CONSELHO DA EUROPA e UNIÃO EUROPÉIA. *Handbook on European data protection law*. Bélgica. 2014 Disponível em: http://www.echr.coe.int/Documents/Handbook_data_protection_ENG.pdf Acessado em: 12/04/2016

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução 227/2016. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_227_15062016_17062_016161058.pdf Acessado em 15/09/2016

CORTE EUROPÉIA DE DIREITOS HUMANOS. Copland v. the United Kingdom. 62617/00. 2007. Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-79996> Acessado em 15/08/2016.

_____. Halford v. the United Kingdom. 20605/92. 1997 Disponível em: <http://hudoc.echr.coe.int/eng?i=001-58039> Acessado em 15/08/2016.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 12ª Ed. São Paulo. Ltr. 2013.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. A liberdade como autonomia recíproca de acesso á informação In: Estudos de Filosofia do Direito. 3ª Ed. São Paulo. Atlas. 2009.

GIANNOTTI, Edoardo. A tutela constitucional da intimidade. 1ª Ed, São Paulo. Companhia Editora Forense. 1987.

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta P. -- O monitoramento do e-mail corporativo do empregado é legal? A questão deve ser vista apenas com base nos aspectos atinentes ao poder diretivo do empregador x proteção da privacidade do empregado? LTr: Revista Legislação do Trabalho. São Paulo. v.75. n.8. p.903-28. ago. 2011.

HARVEY, David. Rubens Enderle (tradutor). -- Para entender o Capital: livro I. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo. 2013

HERRERO-TEJEDOR, Fernando. La intimidad cini derecho fundamental. 1ª Ed. Madri. Colex. 1998.

IBM WATSON. <http://www.ibm.com/watson/br-pt/> Acessado em 12/12/2016.

LISBOA, Roberto Senise. A inviolabilidade de correspondência na Internet. In LUCCA, Newton de. e SIMÃO FILHO, Adalberto (coordenadores). Direito & Internet: Aspectos jurídicos relevantes. 2ª Ed. São Paulo. Quartier Latin. 2005. pp 509-535.

MALLET, Estêvão. Apontamentos sobre o direito à intimidade no âmbito do contrato de trabalho. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 104, p. 199-226, jan. 2009. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67855>>. Acesso em: 09/09/2016.

_____. A subordinação como elemento do contrato de trabalho. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 217-245, jan. 2012. ISSN 2318-8235.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67944/70552>>. Acesso em: 15/10/2016.

MATEUS DA SILVA, Homero Batista. Curso de direito do trabalho aplicado. Vol. 1: parte geral. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 27ª Ed. São Paulo. Atlas. 2011.

MESSIAS DA SILVA, Leda Maria. Monitoramento de e-mails e sites, a intimidade do empregado e o poder de controle do empregador: abrangência e limitações. LTr: revista legislacao do trabalho. Sao Paulo. v.70. n.1. p.65-71. jan. 2006.

MARX, Karl. Rubens Enderle (tradutor) -- O capital Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 1ª Ed. São Paulo, Boitempo. 2013.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito contemporâneo do trabalho. 1ª Ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

_____ Iniciação ao Direito do Trabalho. 32ª Ed. São Paulo. Ltr. 2006.

OLIVEIRA, Sirlei Márcia de. Os trabalhadores das centrais de teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (org.). Infoproletariados: degradação real do trabalho virtual. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2009. pp 113-135.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID 10. Disponível em: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en>. Acesso em: 10/10/2016.

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. -- O e-mail no ambiente de trabalho. LTR: Legislação do Trabalho. Suplemento Trabalhista. São Paulo. v.38. n.69. p.305-9. 2002.

PEDROSO, Marcelo Bатуíra da C. Losso. -- Liberdade e Irrenunciabilidade no Direito do Trabalho: do estudo dos princípios à economic analysis of law aplicados ao Direito do Trabalho. 1ª Ed. Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor. 2005

PORTUGAL. Lei 7/2009, que aprova o Código do Trabalho. Disponível em: http://www.cite.gov.pt/pt/legis/CodTrab_indice.html Acessado em: 03/06/2016

PROSSER, William L. Privacy. California Law Review, Vol. 48, nº 3. Ago/1960. Disponível em <http://scholarship.law.berkeley.edu/californialawreview/vol48/iss3/1> Acessado em 10/11/2016.

RUSSOMANO, Mozar Victor. -- O empregado e o empregador no Direito Brasileiro. 6ª ed, São Paulo, Ltr.

RUIZ, Blanca Rodríguez. El secreto de las comunicaciones: tecnología e intimidad. 1ª Ed. Madri. McGraw-Hill. 1998.

SANLLEHÍ, José Ramón Agustina. Privacidade del trabajador versus Deberes de prevención del delito en la empresa. 1ª Ed. Buenos Aires. Bdef. Pp 111-112.

SOUZA, Mauro Cesar Martins de. -- E-mail (...Net) na relação de emprego: poder diretivo do empregador (segurança) e privacidade do empregado. LTr: revista legislação do trabalho. São Paulo. v.64. n.7. p.863-71. jun. 2000.

SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Griswold v. Connecticut, 381 U.S. 479. 1965. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/381/479> Acessado em 01/08/2016.

_____. Katz v. United States, 389 U.S. 347. 1967. Disponível em: https://www.law.cornell.edu/supct/search/display.html?terms=katz-v-us&dcourt=mel&url=/supct/html/historics/USSC_CR_0389_0347_ZO.html Acesso em 01/08/2016.

_____. Lawrence v. Texas, 539 U.S. 558. 2003. Disponível em: <http://caselaw.findlaw.com/us-supreme-court/539/558.html> Acessado em 01/08/2016.

_____. Roe v. Wade, 410 U.S. 113. 1973. Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/410/113> Acessado em 01/08/2016.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Em direção a um novo 1984? A tutela da vida privada entre a invasão de privacidade e a privacidade renunciada. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 109, p. 129-169, dec. 2014. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/89230/96063>>. Acesso em: 06/08/2016.

TRIBUNAL FEDERAL DO TRABALHO DA ALEMANHA. docket number 5 AZR 611/12. Disponível em: http://juris.bundesarbeitsgericht.de/cgi-bin/rechtsprechung/document.py?Gericht=bag&Art=pm&Datum=2014&nr=17591&pos=0&anz=47&titel=Islamisches_Kopftuch_und_Annahmeverzug Acessado em: 15/08/2016

UNIÃO EUROPÉIA. Disponível em: https://europa.eu/european-union/index_en

_____. Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12010P&from=EN> Acesso em 03/06/2016

_____. Diretiva 95/46/CE. Disponível em : <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A31995L0046> Acessado em: 03/06/2016

_____. Regulamento 2016/679 “Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679> Acessado em: 03/06/2016

VENCO, Selma. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (org.). Infoproletariados: degradação real do trabalho virtual. 1ª Ed. São Paulo. Boitempo. 2009. pp 153-171.

WARREN, Samuel D. e BRANDEIS, Louis D. The Right to Privacy. Harvard Law Review. Vol. 4. Nº 5. 15/12/1890. The Harvard Law Review Association. pp 193-220. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1321160>. Acessado em: 18/08/2015.